



Arquitetura Rural nas Zonas Pioneiras de São Paulo: primeira metade do século XX

Rural architecture in São Paulo's pioneer áreas: first half of 20th century

Arquitectura rural en las zonas pioneras de São Paulo: primera mitad del siglo XX

Vladimir Benincasa

Professor Doutor, UNESP, Brasil

vladimir.benincasa@unesp.br

Ana Paula Farah

Professora Doutora, PUCAMP, Brasil

ana.farah@puc-campinas.edu.br



RESUMO

Trata da arquitetura e implantação de fazendas das últimas porções do território paulista desbravadas pela cafeicultura, na primeira metade do século XX. Nesses locais, chamados de “frentes pioneiras”, desenvolveu-se um novo tipo de fazenda, influenciado pelas mudanças que se processavam num mundo cada vez mais capitalista e conectado por novas formas de transporte e comunicação. Percebe-se que, ao contrário das fazendas de regiões cafeeiras paulistas mais antigas, sua arquitetura é mais despojada, e o núcleo da fazenda, mais enxuto, além de haver um maior intercâmbio entre zonas rural e urbana. O trabalho valeu-se de levantamentos métrico e fotográfico, além de pesquisas em arquivos públicos e privados, e leitura de referencial teórico correlato para ser desenvolvido.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura rural paulista. Fazendas de Café. Arquitetura do século XX.

ABSTRACT

It deals with the architecture and implantation of farms on the last parts of the São Paulo territory pioneered by coffee growing in the first half of 20th century. In these places, called “pioneer fronts”, a new type of farm was developed, following the changes that were taking place in an increasingly capitalist world and connected by new forms of transport and communication. It is clear that, unlike the farms in older coffee regions in São Paulo, their architecture is more stripped down, and the nucleus of the farm, leaner, in addition to a greater exchange between rural and urban areas. The work made use of metric and photographic surveys, in addition to research in public and private archives, and reading of related theoretical framework to be developed.

KEYWORDS: São Paulo’s rural architecture. Coffee farms. 20th century architecture.

RESÚMEN

Se trata de la arquitectura e implantación de haciendas en los últimos frentes del territorio de São Paulo, ocupados por el cultivo del café en la primera mitad del siglo XX. En estos lugares, llamados “frentes pioneros”, se desarrolló un nuevo tipo de hacienda, siguiendo los cambios que estaban teniendo lugar en un mundo cada vez más capitalista y conectado por nuevas formas de transporte y comunicación. Está claro que, a diferencia de las haciendas en las regiones cafeteras más antiguas de São Paulo, su arquitectura es más despojada, y su núcleo, más sencillo, además de un mayor intercambio entre las zonas rurales y urbanas. El trabajo hizo uso de visitas locales para toma de medidas y de fotos, además de la investigación en archivos públicos y privados, y la lectura del marco teórico relacionado para su desenvolvimiento.

PALABRAS CLAVE: Arquitectura rural en São Paulo. Haciendas cafeteras. Arquitectura del siglo XX.



INTRODUÇÃO

Este texto trata das fazendas das frentes pioneiras paulistas do início do século XX. É parte de um trabalho maior, sobre a arquitetura das fazendas do ciclo do café, que contou com o levantamento métrico e fotográfico de inúmeros exemplares em várias regiões paulistas, consultas a arquivos públicos e particulares, além de revisão de referencial teórico correlato. A partir desse amplo espectro histórico, temporal e geográfico, pode-se determinar as particularidades de cada uma das regiões, e aqui se destacam as das últimas zonas conquistadas pela cafeicultura.

No início do século XX, a oeste das estações finais das companhias ferroviárias Sorocabana (Agudos), Paulista (Jaú e Jaboticabal) e Mogiana (Orlândia), o território paulista contava com raros núcleos de povoamento, cercados de matas e cerrados virgens (MATOS, 1990, p. 122). O interesse por essas terras era imenso e, em pouco tempo, sua paisagem seria transformada, com o prolongamento dos trilhos e a consequente chegada dos cafezais.

Nessas novas zonas, a cafeicultura atingiu o pico de produção entre 1934 e 1935, em plena crise dessa lavoura. Para se ter uma ideia, a produção paulista do grão decuplicou entre 1920 e 1935, com a conquista desses sertões.

É que, ocupados todos os trechos de terra roxa do Nordeste paulista e da zona de Jaú, na expansão anterior, e continuando o café a dar bons resultados econômicos, principalmente depois do término da primeira grande guerra e da geada de 1918, (...), os fazendeiros paulistas avançaram pelos areiões, (...). E recomeça, então, um novo período de expansão da lavoura cafeeira, dentro dos métodos anteriores, apenas diferindo do processo de penetração, agora muito mais rápido e avassalador (MATOS, 1990, p. 54-55).

Um dado importante para entender a fazenda cafeeira das frentes pioneiras é a questão da abertura de grandes estradas viárias cortando os sertões a partir de 1920, fato que propiciou a presença de caminhões e automóveis, ao mesmo tempo em que as fazendas iam sendo abertas. Esses novos veículos motorizados dariam, de pronto, respaldo ao transporte de pessoas e cargas realizado pelas ferrovias. Nessas regiões, muito rapidamente, os fazendeiros compreenderam que a estrada era o prolongamento dos trilhos.

A estrada e o caminhão, completando a ferrovia, permitiram que os pioneiros se afastassem ainda mais, pois tinham a certeza de poder transportar sua produção. As terras valorizaram-se e a revolução dos meios de circulação iria juntar-se ao conjunto de fatores favoráveis ao desenvolvimento da pequena propriedade. (...) A estrada era uma garantia contra o isolamento e uma oportunidade a mais para a pequena propriedade, o sítio (MONBEIG, 1977, p. 201).



A partir de 1920, fazendas e sítios conviveram nas zonas pioneiras. Os sítios originavam-se de fazendas constituídas ou de terrenos virgens loteados, pois a terra passara a ser um negócio extremamente rentável. Dessa maneira, a paisagem resultante era muito mais complexa e heterogênea que a de outras zonas paulistas, seja etnicamente (com imigrantes europeus, asiáticos e migrantes nordestinos e mineiros, principalmente), seja socialmente, com a convivência dos tradicionais fazendeiros e colonos junto a novos tipos, como sitiante, caminhoneiros, comerciantes, ambulantes, loteadores, pecuaristas, entre outros. Além disso, a cidade teria um papel mais importante para as fazendas do que tivera em outras épocas e regiões, sendo, efetivamente, um centro vital de serviços e comércio, agora acessado pelos automóveis (MONBEIG, 1977, p. 203-204).

Entre os vários aspectos que diferem a constituição das fazendas dessas regiões (Araraquarense, Noroeste, Alta Paulista, Alta Sorocabana) daquelas mais antigas, é que não eram mais abertas por derrubadores de matas ou posseiros, mas compradas e demarcadas por agrimensores, o que gerava traçados mais regulares, semelhantes aos de suas cidades. Quase sempre, um dos lados limitava-se a um curso d'água, dali se expandindo em direção aos espigões, numa conformação bastante racional, o que impedia a valorização de uns lotes em detrimento de outros, e favorecia a comercialização e os lucros do loteador (MONBEIG, 1977, p. 216).

Além disso, o proprietário de terras passava a residir nas cidades, onde exercia outras atividades. Foi comum um único proprietário ter várias fazendas, visitando-as esporadicamente, deixando a supervisão direta a cargo de empregados contratados para isso. Essa administração à distância acarretou mudanças em especial nos casarões, que se tornaram mais simples e práticos. O tradicional casarão - grande, luxuoso e de custosa manutenção - foi desaparecendo. Quando existem, são para ocupações temporárias, quase nunca para longas permanências. Essa é uma regra geral, obviamente houve os fazendeiros que continuaram morando no campo. Como diz Monbeig (1977, p. 272-273), "as residências dos fazendeiros perderam um pouco do seu fausto. (...). Por vezes, elas tornaram-se a casa do administrador, que tem sempre prontos um ou dois quartos para uma visita rápida do proprietário".

A simplificação das construções rurais, após a Primeira Grande Guerra, se deu também pela impossibilidade de importação dos sofisticados materiais de construção, que até então abasteciam o mercado brasileiro.

Não foi só o casarão que sofreu alterações. A facilidade de escoamento da produção cafeeira pela rodovia ocasionou mudanças no funcionamento de muitas propriedades. Enquanto parte delas possuía aquelas instalações já existentes no final do século XIX, como casas de máquinas, tulhas, serrarias, colônias, armazéns, escritórios, casas de funcionários, capelas, escolas, acrescidas de outras que surgiram pelas novas necessidades, como bombas de combustível, oficinas mecânicas e garagens; outras, entre elas as pequenas fazendas e sítios, passam a ter apenas modestos terreiros e tulhas, além das colônias e outras poucas instalações. Tornam-se raras as máquinas de beneficiamento nas fazendas, já que o café seco passa a ser processado em firmas particulares ou em cooperativas urbanas. Mesmo as grandes fazendas deixaram de



beneficiar e estocar os grãos: por sua grande extensão, eram divididas em seções, que contavam – em cada uma – com pequenas tulhas e terreiros, além de colônias próprias. Cada seção transformava-se, assim, numa pequena unidade autônoma dentro de uma mesma fazenda. Houve mesmo aquelas em que, dessas seções, o café era mandado depois para uma casa de máquinas que se localizava no núcleo central da fazenda.

Tudo isso fez da fazenda das frentes pioneiras um equipamento rural muito mais enxuto e mais dependente das cidades, as quais eram acessadas quase sempre por rodovia, raras vezes por ferrovia.

INOVAÇÕES NA ARQUITETURA DO BENEFICIAMENTO

A partir das últimas décadas do século XIX, surgiram livros sobre a arquitetura rural que buscavam tornar mais eficientes as edificações de beneficiamento e armazenamento dos grãos, além de auxiliar o fazendeiro na construção de pontes, paióis, silos, estábulos, currais, e até moradias. Juntava-se a prática agrícola às técnicas construtivas mais modernas e eficientes da época.

Uma das principais características dessa nova arquitetura era o maior uso do tijolo, um material muito mais versátil e prático que madeira, taipas ou mesmo pedra. O aperfeiçoamento das técnicas construtivas, baseadas em cálculos de forças, estudo de solos, além de novas técnicas de limpeza do café, levou lavadores, tanques de fermentação e terreiros a serem feitos, praticamente, só de tijolos. Chegou mesmo a ser comum, entre as plataformas dos terreiros, a construção de bermas e taludes revestidos de tijolos, evitando-se, assim, os cortes abruptos e verticais, que exigiam os caros muros de arrimos para sua sustentação. Porém, se o arrimo era imprescindível, faziam-se reforços com gigantes, com tijolo e concreto, regularmente espaçados, de maneira a neutralizar o empuxo lateral. Para que esse tipo de terreiro não entrasse em colapso, havia complexos sistemas de drenagem de águas superficiais e intersticiais. Evidente que uma boa manutenção era essencial, feita sempre antes da colheita, ao final do período das chuvas.

As dimensões de lavadores, despoldadores, terreiros, tulhas e casas de máquinas também eram obtidas a partir de cálculos que envolviam diversas variáveis, como a produtividade média dos cafeeiros, segundo o clima e o solo da região, e a quantidade de cafeeiros produtivos. Isso já era feito anteriormente, no entanto, esses cálculos já haviam se aperfeiçoado.

Quanto à retirada do café seco dos terreiros, a maioria das grandes fazendas utilizaram o sistema de vagonetas sobre trilhos: por vezes, no sistema portátil, e, em outras, no sistema fixo.

Outra inovação do início do século XX foram as tulhas secadeiras, utilizadas quando a safra excedia a capacidade dos terreiros, que proporcionavam “uma secagem melhor e mais rápida do café em côco, evitando que o mesmo fique exposto às chuvas nos terreiros comuns, economizando o trabalho contínuo do rôdo e formação de montes cobertos com encerados”

(CARNEIRO, 1965, p. 212). Havia dois tipos de telhas secadeiras: as de ventilação natural e as de ventilação artificial de ar quente.

As primeiras são construções simples e dispensam maquinismos. (...). É uma caixa que se forma superpondo-se quadros de 4,00 m de comprimento por 2 a 2,50 m de largura, feitos com táboas de 18 cm de altura e atravessados, no sentido da largura, por duas ordens horizontais de calhas de madeira, em forma de V invertido, distanciadas de 25 cm, mais ou menos.

Quando se enche a telha, em baixo das calhas forma-se um espaço vazio por onde circula o ar (CARNEIRO, 1965, p. 212-213).

Por sua vez, as telhas secadeiras com corrente de ar quente eram mais complexas, exigindo fornalhas, compressores de ar e tubulação especial, sendo, em geral, industrializadas. Foram mais usadas que as primeiras, por sua eficiência.

As pequenas propriedades das frentes pioneiras, no entanto, não dispunham desses equipamentos. Algumas, restringiram-se aos indispensáveis terreiros e telhas, não contando sequer, com lavadores: o processo de limpeza resumia-se à peneiração manual. Nelas, das telhas, o café saía direto para máquinas de torrefação urbanas. Era um produto destinado ao mercado interno, de qualidade inferior, com alto grau de impurezas.

Algumas grandes fazendas também realizavam apenas parte do processo de beneficiamento (lavagem, secagem e armazenamento), não possuindo as máquinas para descascar ou ensacar os grãos. Da mesma maneira, usavam o serviço “terceirizado” das máquinas de beneficiamento e torrefação urbanas, particulares ou de cooperativas, o que concorreu para uma diminuição da área das telhas nas fazendas, uma vez que o café seco passou a ficar pouco tempo ali acondicionado. Não foram poucas as fazendas que aderiram a essa nova “configuração”. Dessa forma, nessas últimas fronteiras da cafeicultura paulista, encontramos grandes fazendas cafezeiras cujo núcleo de beneficiamento do café se assemelha ao de pequenas e médias propriedades, contando apenas com o indispensável, evitando o caro investimento em edificações e maquinismos.

Figura 1 – Pequenas tulhas das 1ª e 2ª Seções. Faz. São José, Catanduva, década de 1920



Fonte: MORI, 1925, p 51 e 56 (respectivamente).

A arquitetura dessas “novas” tulhas é, por assim dizer, bastante prática, sem ornamentos – sobressaem, mesmo, pela singularidade que obtém da exposição da sua estrutura. Algumas apresentam águas furtadas, outras, menos complexas, na face voltada para o terreiro, interrompem a cumeeira com uma empena, tornando mais simples o acesso da passarela através da abertura de uma porta. Em nada lembram aquelas velhas edificações das zonas anteriores, com janelas e portas embandeiradas, lambrequins, cimalthas, pilastras...

Somente em grandes fazendas encontra-se certa sofisticação compositiva nessas edificações, com o uso de proporções e elementos clássicos. É evidente a aproximação com a arquitetura industrial urbana, de planta longilínea e cobertura em duas águas, e ornamentação reduzida.

Nelas foi usual a madeira como elemento de vedação, assim como material industrializado, comum em fábricas, como portas metálicas de enrolar, cobertura com folhas de zinco, estrutura de concreto armado, por exemplo. O gigantismo dessas tulhas e casas de máquinas, em oposição ao exemplos anteriores, explica-se, não só pela grande produção que essas fazendas tinham, mas também pelo fato de que muitos fazendeiros alugavam suas instalações a vizinhos. Basta lembrar os números milionários da produção cafeeira, na primeira metade do século XX, nessas novas zonas, para se compreender a razão do tamanho desses grandes armazéns rurais.

Figura 2 – Detalhe tulha e casa de máquinas da Fazenda Guaiuvira, Guarantã



Fonte: V. Benincasa, 2006.

AS OUTRAS INSTALAÇÕES

As fazendas das frentes pioneiras mantiveram, além da cafeicultura, outras lavouras e criação de animais, tanto para o consumo interno, como para o comércio local. A extração de madeira, argila e areia, nas fazendas, igualmente, foram atividades lucrativas, atendendo a construção civil regional, então em franca expansão. A diversificação ajudava nos momentos de crise do café. Disso decorreu que, em muitas propriedades rurais, existiram não somente os equipamentos destinados à cafeicultura, mas inúmeras outras, como: estábulos, cavaliças, currais, pocilgas, galinheiros, olarias, pequenas usinas hidrelétricas, paióis, serrarias, silos, além das já citadas novas edificações, como garagens, oficinas mecânicas, casas de distribuição de energia elétrica, entre outras.

Uma tipologia bastante alterada foi a dos escritórios, antes situados nos casarões, que passam a ser construídos em edificações próprias, junto aos terreiros, e dotados de telefones, copa, banheiros e várias salas destinadas a contabilidade, arquivo, atendimento de colonos, compra e venda de produtos, reuniões, enfim, aos negócios ali efetuados.

Outras tipologias foram as escolas e capelas, diretamente relacionadas ao grande número de colonos e funcionários da fazenda. As escolas, bastante simples, possuíam no máximo quatro salas de aula - muitas com apenas uma única sala, em que conviviam alunos de turmas distintas. Outras funcionaram em casas de colônia adaptadas. As mais sofisticadas chegaram a possuir pátio coberto, para recreio e refeição dos alunos. Com o forte êxodo rural, intensificado nos anos de 1960, novos programas educacionais governamentais foram implantados, e essas pequenas escolas foram, aos poucos, abandonadas.

Figura 3 - Garagem para caminhões e tratores. Fazenda Iгурê, Garça



Fonte: V. Benincasa, 2007.

Figura 4 - Antigo edifício onde funcionava a escola da fazenda Santa Fausta, Lins



Fonte: V. Benincasa, 2007.

Figura 5 – Capelas das fazendas São João (Catanduva), São Pedro (Lins), e Santa Rita (Pongaí)



Fonte: V. Benincasa, 2007.

Nessas fazendas, manteve-se a tradição da existência de uma capela católica, apesar de muitos imigrantes, como os japoneses, por exemplo, seguirem outras religiões. Nesses templos permanecem a volumetria e o programa característico das capelas rurais de outras regiões paulistas, com nave única, presbitério com altar-mor e, por vezes, uma sacristia e um depósito. Apresentam cobertura principal em duas águas, caindo lateralmente à fachada; poucas possuem a abside aos fundos, porém, foi comum a torre sineira. A linguagem preferida foi o neogótico, mas também há as neocoloniais. Situam-se, com raras exceções, próximas aos terreiros de café que, muitas vezes, viravam palcos das festas de caráter religioso, como as juninas, ou as que marcavam o final da colheita e dos trabalhos de secagem dos grãos.

Em alguns casos, os projetos foram realmente muito bem elaborados, com boas soluções de fachada e acabamento, e como exemplo, podemos citar as das fazendas: São Pedro, em Lins; Santa Rita, em Pongaí; e Bela Vista, em Pirajuí. Outras, são mais singelas, como a da fazenda São João, em Catanduva, de cunho popular. Todas refletem, no entanto, que, no quesito religiosidade, a fazenda cafeeira pouco mudara ao longo do tempo.

RESIDÊNCIAS DE TRABALHADORES

As casas das “colônias”, nome que se dava ao conjunto de habitações dos trabalhadores, seguem o mesmo padrão de outras regiões: renques monótonos de pequenas casas de duas águas, com cumeeira paralela à fachada, quase sempre à beira de córregos ou ribeirões; os mesmos cômodos; e a mesma exiguidade de espaço. Muitas, a princípio, eram constituídas por casas de madeira ou de pau-a-pique cobertas por folhas de coqueiros. Com o tempo, foram substituídas por outras de alvenaria, telhas cerâmicas e piso de tijolos ou cimento queimado. Como observou Monbeig, enquanto a franja pioneira foi capitaneada pelos fazendeiros, essas casas foram muito parecidas (MONBEG, 1977, p. 380).

Em poucas fazendas, ao programa usual – sala, dois dormitórios, cozinha – acrescia-se um pequeno alpendre fronteiro e, raras vezes, banheiro aos fundos, junto ou separado do corpo da casa. Esses, no entanto, eram acréscimos, melhorias introduzidas pelos próprios colonos, nunca uma benfeitoria promovida pelo fazendeiro. A simples comparação dessas colônias do século XX com aquelas do século XIX mostrará que não diferiam entre si.

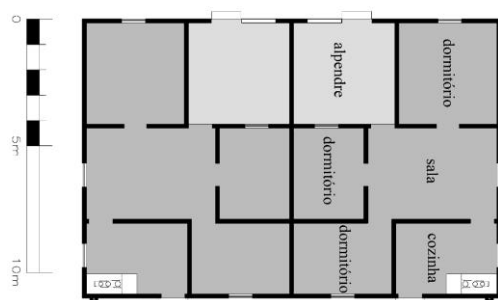
Figura 6 – Colônia da Fazenda Silvares, Penápolis, década de 1920



Fonte: ALMANAQUE, 1928, p. 508.

A partir da década de 1920, as fazendas das regiões pioneiras passaram a apresentar novo tipo de gerenciamento. Entre os motivos, como dito anteriormente, estavam a vulgarização dos automóveis e da telefonia pelo interior paulista, que facilitavam o contato entre fazendeiro e propriedade. Daí surgirem dois cargos muito importantes, os administradores e os fiscais. Os primeiros cuidavam da administração geral da fazenda, que incluía a contratação de pessoal, compra e venda de produtos, além do pagamento de funcionários: eram responsáveis pelo bom andamento da propriedade na ausência dos fazendeiros. Os fiscais supervisionavam os trabalhos na lavoura e nas oficinas da fazenda.

Figura 7 - Planta de casas geminadas da colônia Xavantes, fazenda Igruê. Notar o alpendre entalado na fachada. Aos fundos, havia banheiro e lavanderia, em edificação isolada, além de forno à lenha coberto.



Fonte: V. Benincasa, 2007

Ambos, pela importância de suas funções, moravam em casas diferenciadas, maiores que as das colônias, sendo, com frequência, as edificações de melhor acabamento das fazendas, já que muitas delas eram usadas, esporadicamente, também pelos proprietários. Contavam com diversos equipamentos de conforto, como banheiros, telefone, energia elétrica e água encanada, além de maior número de cômodos e melhor acabamento que as colônias, como piso assoalhado ou revestido de ladrilho - em cozinhas, banheiros e alpendres -, forro em todos os cômodos, porões baixos, além de localizarem-se no núcleo central, nunca nas seções.

O aspecto externo variou, assim como a técnica construtiva (madeira ou alvenaria de tijolos): algumas são simples, outras apresentam alpendres frontais, alguma ornamentação. No entanto, as construídas entre as décadas de 1920 e 1940, seguem a arquitetura então em voga, que dispensava elementos decorativos rebuscados, restringindo-se a algumas molduras, ou um desenho diferenciado de telhado. O tamanho e a localização, mais que tudo, é que demonstravam o *status* privilegiado de seus ocupantes.

Internamente, a disposição de cômodos evidencia as inovações que ocorriam nas primeiras décadas do século XX. São casas mais abertas ao visitante, ao contrário daquelas antigas em que havia uma sucessão sequencial de cômodos que resguardavam a intimidade doméstica. Nessas novas residências rurais, do alpendre, passa-se a uma sala de estar, que se comunica diretamente com um ou mais dormitórios, um dos quais, é o do casal. Quando há banheiro interno, ele se localiza entre a sala de estar e a cozinha, ou copa. Os dormitórios alinham-se numa das laterais da edificação, aquela melhor insolada. Na outra lateral, via de regra, estão o banheiro, a cozinha e a copa. Esse é um novo padrão que começava a se impor nas casas rurais de certa importância, inclusive nos casarões.

Figura 8 - Casas de fiscais: fazendas Guaiuvira (Guarantã) e Santa Rita (Pongai)



Fonte: V. Benincasa, 2007.

CASARÕES

Os primeiros casarões dessas fronteiras cafeicultoras paulistas foram de taipa de mão ou de madeira. Quase todas essas casas primitivas foram demolidas, substituídas por outras de tijolos, logo que a propriedade se tornava produtiva o suficiente.

A partir do início da I Guerra Mundial, a maioria dos casarões rurais foi construída com tijolos, sendo, no entanto, pouco ornamentados. Bortolucci observa que:

As dificuldades financeiras e a interrupção da importação de materiais de construção forçaram a implantação de novas soluções, que pudessem dispensar a dependência européia, registrada na produção eclética até então. Pode-se dizer que se inicia uma nova forma de ecletismo, marcado pelos materiais de construção nacionais, que a incipiente indústria local pode colocar à disposição (BORTOLUCCI, 1991, p. 323).

A facilidade de comunicação entre ambiente urbano e rural, por outro lado, promoveu uma padronização da tipologia residencial. Bortolucci, se referindo a padrões de arquitetura urbana na cidade de São Carlos, parece estar descrevendo os casarões das zonas pioneiras construídos à mesma época, entre as décadas de 1920 e 1940:

Em geral, os telhados foram mais movimentados e cobertos com telhas francesas. Foi muito utilizado o beiral, forrado de estuque ou não, (...). As paredes externas de tijolo à vista também foram muito usadas. As jardineiras sob as janelas, as faixas de argamassa com relevos ornamentais e outras variações de ornatos, foram muito comuns nas fachadas destas residências. Entretanto, um complemento indispensável foi o alpendre, aplicado de formas variadas (pequeno ou mais longo, com telhado independente ou não,



etc.), mas sempre contornados por elementos vazados em meia-lua, balaústres e outros, e precedido por uma escada de poucos degraus, devido à existência do porão (BORTOLUCCI, 1991, p. 323).

Sobre a organização interna dos aposentos, Bortolucci comenta que:

O corredor central foi completamente esquecido e generalizou-se a idéia da “sala-praça”, não havendo qualquer tentativa de separação ostensiva entre zonas. O binômio banheiro-cozinha foi mantido e só foi quebrado nas construções assobradadas. Neste período, se afirmou definitivamente a copa, que já havia sido introduzida no programa da habitação (BORTOLUCCI, 1991, p. 323-324).

Essas características são facilmente observáveis nas casas rurais construídas no mesmo período, nas frentes pioneiras. A “sala-praça”, ao redor da qual se distribuem todas as demais zonas da residência, foi uma grande alteração introduzida que acabou, finalmente, com o velho esquema de faixas de acessibilidade, onipresente nas casas rurais até a primeira década do século XX, que restringia o acesso de estranhos às zonas privadas da família.

Um exemplo dessa nova configuração é o casarão da fazenda Santa Isabel, de Cafelândia, construído ao final da década de 1920. A casa possui planta em “L” e sofreu alterações, logo depois de construída, com o acréscimo de um alpendre de recepção entre o corpo principal e o anexo de serviços, além da ampliação da cozinha. O alpendre deu mais conforto aos usuários e, nele, o guarda-corpo já era de balaústres pré-fabricados de cimento armado, o que situa tal reforma na década de 1930, quando se popularizou o uso desse elemento. O piso do alpendre, assim como das demais áreas molhadas, é revestido de ladrilhos hidráulicos, em padrões distintos (mosaicos e xadrez). Do alpendre, passa-se à grande sala de estar-jantar, ao redor da qual se distribuem os dormitórios e o escritório. Não há zonas intermediárias entre aposentos íntimos e sociais. Da sala, também se chega diretamente à zona de serviços, cuja intimidade já havia sido devassada no próprio alpendre, por duas janelas da copa. Um corredor leva ao antigo jardim e pomar, que envolviam a casa.

Internamente, os aposentos principais possuem assoalho sobre porão baixo, forro saia e camisa (ainda bastante utilizado à época) e paredes da sala, do escritório e de dormitórios com decoração pictórica em diferentes padrões de estêncil. Cada dormitório possui o seu próprio lavatório de porcelana nacional, não mais importado, com torneiras de água quente e fria. A cozinha, banheiro e lavabo, do mesmo modo, possuem encanamento de água e sistema de esgoto, com todas as peças necessárias, como pias, lavatórios, bacia sanitária, banheira e chuveiro. Na cozinha, ainda existe o grande fogão à lenha que, além das bocas tradicionais, possui forno e sistema de aquecimento de água, composto por serpentinas e reservatório. Nesse cômodo, também é possível observar o forro de treliças, para ventilação e dispersão do calor.



As portas internas possuem bandeiras envidraçadas, tripartidas, e folhas caneladas; a única porta almofadada é a principal. As janelas são iguais em todos os cômodos, com folhas de vidro internas e venezianas externas. Na janela do banheiro, houve o cuidado de guarnecer de vidros coloridos e texturizados a metade inferior das folhas envidraçadas, garantindo, desse modo, maior privacidade ao usuário.

A princípio, nessa casa da Santa Isabel, a iluminação era feita com lamparinas e velas, não havia energia elétrica, cuja instalação foi feita assim que disponibilizada na região, como provam as fiações expostas, pendentes dos forros.

Aliás, até meados do século XX, foram poucas as fazendas das frentes pioneiras que tiveram energia elétrica por rede pública; a energia elétrica, quando existente, provinha de geradores próprios, movidos a derivados de petróleo, ou vindas de usinas hidrelétricas particulares. Por muito tempo, principalmente nas casas, quando os geradores eram desligados a certa hora da noite, a iluminação passava a ser feita com velas ou lampiões e lamparinas a querosene.

Quanto ao aspecto externo, esse exemplar da Santa Isabel não possui, praticamente, nenhum tipo de ornamento: as paredes são lisas, não há molduras ou pilastras, nem cimalthas ou lambrequins. O que se nota são pequenos cuidados, como os beirais forrados de madeira, calçadas e canaletas para desvio de águas pluviais em todo o entorno. Trata-se, como outras do período, de uma casa que, pelas condicionantes da época de construção, privilegiou a praticidade e o conforto.

No entanto, como salientou Bortolucci, em pouco tempo novas soluções estéticas surgiriam, aproveitando o material disponível no mercado nacional. Muitas casas rurais dessas regiões, construídas nas décadas de 1920 e 1930, incorporam elementos de arquiteturas identificadas com manifestações nacionalistas, “neocoloniais”, tais como: telhados em várias águas; uso de telhas industrializadas do tipo capa e canal; beirais com cachorros recortados; alpendres com abertura em arco; gradis salientes nas janelas; colunas galbadas; e jardineiras de cimento sobre as muretas de alpendres.

Uma permanência que se observa é a presença da cozinha de fora, a cozinha “suja”, que aparece nas casas rurais paulistas desde sempre. Nesse caso, o “puxado” se estende por uma ampla área que, embora quase sem divisões, está seccionada em vários ambientes, cozinha, lavanderia, depósito, área de fornos e fomalhas; ou seja, mesmo tendo uma cozinha interna, equipada com fogão à lenha, e depois, também a gás, mantinha-se o costume de ter outra cozinha completa aos fundos da edificação, além de fornos à lenha e fomalha para a fatura de doces, sabão, e limpeza de animais de pequeno e médio portes, como aves e porcos.

A adoção das novas soluções no programa habitacional da casa rural paulista foi de uma rapidez e amplitude extraordinárias, fossem nas grandes, como nas pequenas propriedades. O que, obviamente, está relacionado com as novas formas de comunicação e divulgação de notícias surgidas na primeira metade do século XX. A facilidade de locomoção e comunicação entre as cidades e as fazendas fazia circular rapidamente as novidades através de revistas e jornais, além do rádio e do telefone, ajudando a mudar o velho padrão geral de moradia.



Daí talvez a assimilação do estilo “espanhol”, nome que foi dado à tendência arquitetônica da casa da fazenda Ventura, em Lins, pelo autor do projeto, o avô do atual proprietário. Este senhor veio de Araraquara para as novas fronteiras da cafeicultura da Noroeste, na década de 1920, ali formou a fazenda e, anos mais tarde, construiu o atual casarão, já nos anos de 1930. Mesma época em que se divulgavam as manifestações nacionalistas, baseadas principalmente nas arquiteturas portuguesa, colonial brasileira e nas várias tendências tradicionais da América hispânica. Teria vindo daí tal filiação ao estilo “espanhol”?

Na casa se observam poucos elementos da arquitetura dita neocolonial, como o uso das telhas capa e canal, a movimentação do telhado, e talvez o desenho das colunas e do alpendre.... Porém, essas são soluções que se popularizaram nas décadas de 1920 e 1930, e, sozinhas, não definem estilo algum. O nome “estilo espanhol” talvez lhe tenha chegado através de algum artigo, veiculado em revistas ou jornais, ou talvez, ainda, o termo tenha começado a se tornar popular e a designar algumas inovações na arquitetura residencial, enfim, o fato é que para aquele senhor, esse era o estilo *espanhol*.

Figura 9 – Plantas e fotos dos casarões das fazendas Santa Isabel (à direita), da década de 1920, e Ventura (à esquerda), da década de 1930. Ambas se localizam em Cafelândia.



Fonte: V. Benincasa, 2006 e 2007, respectivamente.



Nem por isso, o resultado obtido na fazenda Ventura é ruim, muito pelo contrário, a plasticidade é bastante satisfatória, principalmente na fachada simétrica, com dois cômodos das laterais avançando, se destacando do corpo da edificação: isso poderia resultar numa solução já bastante conhecida desde o maneirismo (vide as *villas palladianas*), se a opção pela cobertura desses corpos fosse a empena cega, no entanto, foi usada uma tacaniça e, para quebrar a grande altura dos panos de parede, foi acrescentado o alpendre fronteiro - que percorre toda a fachada e uma pequena parte das laterais – com telhado independente. Uma água de telhado, intermediária entre os telhados da edificação e do alpendre, foi sobreposta ao espaço resultante entre os dois corpos avançados da fachada, criando uma movimentação bastante incomum, com resultado agradável e útil: entre o canto do escritório até o canto do dormitório fronteiro foram construídas duas vigas de concreto, a superior para apoiar o telhado intermediário e, a inferior, para apoiar o do alpendre. Entre elas, existem três aberturas destinadas a aumentar a iluminação interna, tanto do alpendre, como da sala de visitas.

Outra boa solução desse exemplar, foi a do alpendre entalado na lateral da edificação, que avança para o interior da planta, iluminando a despensa, ao mesmo tempo em que sombreia as paredes da sala de jantar, tornando-a mais agradável. E talvez, daí, venha o termo espanhol, por ser uma solução usual em casas rurais do pampa argentino e uruguaio, por exemplo.

Estas, assim como outras, foram soluções bastante criativas, e muitas vezes, de autoria anônima, que se espalharam pelos sertões, de fazenda em fazenda, pelas frentes pioneiras, através das ferrovias, e, a partir da década de 1920, cada vez mais pelas estradas de rodagem.

A essa época, o ciclo do café paulista já arrefecia e rumava em direção ao oeste paranaense. A cafeicultura e a ferrovia já haviam cumprido seu papel de povoar e interligar praticamente todos os recantos paulistas e a herança de toda essa grande aventura é até hoje sentida nas cidades, e sobretudo, vista nas fazendas remanescentes. Fazendas que, por sua história, arquitetura e importância socioeconômica na construção do território, deveriam ser encaradas como um dos mais importantes patrimônios paulistas, unidades essenciais de sua paisagem cultural.

Agradecimentos

À FAPESP, pelo financiamento da pesquisa através do Proc. 02/13572-8, e aos moradores e proprietários das fazendas mencionadas.

REFERÊNCIAS

ÁLBUM da Noroeste. São Paulo: Pan-Americana, 1928.

BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. *Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro*. 1991. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

CARNEIRO, O. *Construções rurais*. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 1965.

MATOS, O. de N. **Café e ferrovias**. A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas: Pontes, 1990.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

MORI, Gualtiero (org.). **Revista Agrícola do Estado de São Paulo: Catanduva**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, outubro/novembro de 1925.